

# Um ministro global: a atuação de José Lutzenberger nos preparativos da Rio-92 (1990-1992)



História Unicap  
ISSN 2359-2370

*A global minister: José Lutzenberger's role in preparing  
Rio-92 (1990-1992)*

**Elenita Malta Pereira\***

elenitmalta@gmail.com

**Sara Rocha Fritz\*\***

sarafritz248@gmail.com

**Denis Henrique Fiuza\*\*\***

dfiuzahistoria@gmail.com

## Resumo:

O artigo examina a atuação do engenheiro agrônomo e ambientalista brasileiro José Lutzenberger (1926-2002) nos eventos preparatórios à Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD ou Rio-92). A análise compreende o período em que Lutzenberger ocupou o cargo de Secretário Nacional do Meio Ambiente no governo de Fernando Collor de Melo, de março de 1990 a março de 1992. A participação ativa de Lutzenberger na defesa ambiental no Brasil e no exterior desde a década de 1970 chamou a atenção de Collor, que, preocupado em melhorar a imagem do governo no exterior, o convidou para o cargo de Secretário. Examina-se a atuação ambiental de José Lutzenberger numa perspectiva global da história, como um mediador de ideias ecológicas, especialmente a Teoria de Gaia, que ele buscou expandir como Secretário. Discute-se o conceito de desenvolvimento sustentável, pouco conhecido até a realização da Eco-92 e do qual Lutzenberger foi um dos principais críticos. Por fim, apresenta-se um panorama da participação ativa de Lutzenberger nos preparativos da Conferência, até a PrepCon IV, em março de 1992, quando ocorreu sua saída do governo Collor. Essa participação revela concepções divergentes no preparo da CNUMAD; mesmo que não tenha sido a diretriz hegemônica, as ideias de Lutzenberger contribuíram no maior legado do evento: a conscientização mundial sobre a problemática ambiental.

## Palavras-chave:

José Lutzenberger; Conferência da ONU Rio-92; Biografia e História Ambiental Global.

## Abstract:

The article analyzes the role of Brazilian agronomist and environmentalist José Lutzenberger (1926-2002) in the preparatory events of The United Nations Conference on Environment and Development (UNCED or Rio-92). The analysis comprises the period in which Lutzenberger held the position of National Secretary for the Environment during Fernando Collor de Melo government, from March 1990 to March 1992. Lutzenberger's energetic participation in the environmental defense in Brazil and overseas since the 70s caught Collor's attention, who gave him the position of secretary due to concerns with improving the governments's image abroad, invited him to the position of Secretary. José Lutzenberger's environmental performance is analyzed in a global perspective of history, as a mediator of ecological ideas, especially in regards to the Gaia Theory, which he sought to expand as Secretary. The concept of sustainable development is discussed, not widely known until the Eco-92 realization and of which Lutzenberger was one of the main critics. Lastly, an overview of Lutzenberger's active participation in the preparations for the Conference is presented, until the PrepCon IV, in March 1992, when he left the Collor government. This participation reveals divergent conceptions in the preparation of UNCED; even if it was not the hegemonic guideline, Lutzenberger's ideas contributed to the event's greatest legacy: the global awareness of environmental issues.

## Keywords:

José Lutzenberger; UNCED Rio-92; Biography and Global Environmental History.

\*Doutora em História (UFRGS). Docente no Departamento de História da UNICENTRO.

\*\*Graduanda em História na UFSC. Bolsista de IC CNPq.

\*\*\*Doutorando em História na UFSC. Bolsista Técnico CNPq.

## Introdução

José Lutzenberger (1926-2002) participou ativamente na defesa ambiental no Brasil e exterior a partir de 1971. Engenheiro agrônomo, trabalhou na agroquímica BASF entre 1957-1970, o que possibilitou sua residência em diferentes países. Porém, à medida em que a multinacional entrava no ramo de agrotóxicos, Lutzenberger passou por uma crise de consciência, o que resultou no seu pedido de demissão em 1970 e o retorno ao Brasil. Em sua cidade natal, Porto Alegre, participou da fundação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), dedicando-se à militância ambiental. Munido de uma rede de contatos internacionais e do seu conhecimento científico, nas suas três décadas de destacada atuação ambiental, Lutzenberger denunciou o uso de agrotóxicos e abraçou a causa da agricultura ecológica, além de ter sido um grande defensor da floresta amazônica. Por meio de palestras, entrevistas, escrita de artigos e participação em filmes, o ambientalista criticou o rumo destrutivo tomado pela humanidade, divulgando a necessidade de uma nova ética ecológica.

Em março de 1990, Lutzenberger foi convidado pelo presidente eleito Fernando Collor de Mello para o cargo de Secretário Nacional do Meio Ambiente, o qual ocupou até março de 1992. O ambientalista sempre afirmou que o posto era um grande desafio, visto que não tinha experiência na área governamental. Era considerado um personagem bastante controverso, muitas vezes criticando o governo do qual fazia parte, através de denúncias aos órgãos de fiscalização, como o IBAMA. No entanto, apesar das polêmicas que cercavam sua atuação governamental, durante os dois anos, Lutzenberger conseguiu importantes conquistas, como o combate ao desmatamento da Amazônia, a interdição da área de testes nucleares na Serra do Cachimbo, e a demarcação da Terra Indígena Yanomami. A escolha de Collor em ter Lutzenberger como Secretário do Meio Ambiente foi motivada também por conta da Conferência Rio-92 – o então presidente apostava que o reconhecimento internacional do ambientalista pudesse melhorar a imagem do governo no exterior, principalmente durante o evento da ONU.

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento surge a partir do relatório *Nosso futuro em comum*<sup>1</sup>, centrado no conceito de “desenvolvimento sustentável”. Desde a década de 1970 a questão ambiental vinha sofrendo um alargamento, cada vez mais cientistas e administradores públicos manifestavam-se preocupados com os impactos da destruição. A partir dos anos 1980, as questões ambientais, como as mudanças climáticas e preservação da biodiversidade, ingressaram no temário cotidiano, tornando-se uma preocupação da sociedade como um todo, provocando uma consciência ecológica mundial. Com base nesse novo clamor social, concentraram-se esforços para conciliar as relações entre humanos e natureza, por meio de uma reflexão sobre os modelos de desenvolvimento socioeconômico que estavam sendo empregados. A Rio-92 surge a partir desse contexto, com a busca mundial pela construção de um convívio equilibrado com o planeta.

Este artigo é um dos produtos do projeto de pesquisa “José Lutzenberger: Um mediador entre o ambientalismo brasileiro e global (Déc. 1980-1990)”, financiado pelo CNPq (Edital Universal 1/2016), que se vale dos referenciais teórico-metodológicos da biografia histórica e da história ambiental global<sup>2</sup>. Aqui, Lutzenberger é considerado um agente mediador entre movimentos ambientalistas e órgãos governamentais brasileiros e internacionais, atuando em contextos globais em prol do ambiente.

Os estudos biográficos, muitas vezes, incorrem na limitação de pensar um indivíduo dentro da concepção de estado-nação, sem considerar que o pensamento que ele compartilha ou mesmo propaga pode romper com as fronteiras do nacional. Segundo Conrad (2017, p. 9), o “nacionalismo metodológico” das disciplinas acadêmicas significa que, teoricamente, o estado-nação é

<sup>1</sup> Relatório elaborado em abril de 1987, pela Comissão Brundtland ligada a ONU, que trouxe o conceito de desenvolvimento sustentável para o discurso público.

<sup>2</sup> Projeto finalizado, desenvolvido entre junho de 2017 e junho de 2020. Coordenadora: Profª. Elenita Malta Pereira. Bolsistas do CNPq: Sara Rocha Fritz (Iniciação Científica-IC) e Denis Henrique Fiuza (Bolsista Técnico). Para saber mais, visite o site do projeto: [www.lutzglobal.com.br](http://www.lutzglobal.com.br) e YouTube: <https://www.youtube.com/c/LutzGlobal>

pressuposto como unidade fundamental de investigação, uma entidade territorial que serve de ‘*contêiner*’ para uma sociedade. Em contrapartida, é necessário compreender como se dá a relação com o global, onde se desenvolve a particularidade do contexto sócio-histórico, como no caso de Lutzenberger, em que a defesa do meio ambiente está presente, bem como os conceitos reelaborados por ele.

Em nossa pesquisa, usamos a biografia como método para a história ambiental, pois são as posições ocupadas e papéis desempenhados por Lutzenberger ao longo de sua vida que orientam a nossa análise. Entendemos, com Avelar (2011, p. 12), a biografia histórica como um *locus* privilegiado de escrita da história, onde seria possível a “revalorização dos atores sociais, alargando nossa compreensão do passado sem tomá-los como uma unidade dada e coerente, mas como um campo de conflitos e de construção de projetos de vida”. Como indicado por Albuquerque Júnior (2007, p. 250), o historiador, em uma biografia, deve ser aquele que “não aponta caminhos únicos, mas descobre bifurcações, entroncamentos, cruzamentos de caminhos que são ao mesmo tempo fronteiras e possibilidades”.

A atuação de Lutzenberger, ao longo de três décadas de militância (1971-2002), por meio de práticas e discursos ambientalistas, produziu ideias, percepções e uma ética sobre as relações entre humanos e natureza – a *ética do convívio ecossustentável*<sup>3</sup> – temas privilegiados da história ambiental (WORSTER, 1991). Grande parte dessa trajetória se deu em contextos que transcendem as fronteiras dos estados-nações, não somente pelo intercâmbio de ideias, mas também pela natureza do tema tratado por Lutzenberger: o meio ambiente.

Sendo assim, entende-se aqui que a atuação ambiental de José Lutzenberger se inscreve numa perspectiva de história global, que tem como preceitos a ambição de ultrapassar metodologicamente as fronteiras dos Estados nacionais e a crítica ao eurocentrismo. Rafael Marquese defende, como caminho para a história global, o “estudo de totalidades abertas, isto é, de fragmentos do globo integrados por meio de laços diversos (econômicos, sociais, políticos, culturais) que assumem uma dada configuração dinâmica e sistêmica” (MARQUESE, 2019, p. 17). No nosso caso de estudo, o laço é o ambiental, porém relacionado com sociedade, política, economia e cultura, por meio da trajetória de Lutzenberger.

De acordo com Mazlish (2006), nada é mais global que o meio ambiente. Todas as discussões trazidas pela “questão ambiental”, desde os anos 1960/70, como poluição, desertificação, camada de ozônio, desmatamento, emissões de carbono, aquecimento global, etc., desconhecem as fronteiras dos estados nacionais. Por isso, as soluções para esses problemas devem ser pensadas e articuladas globalmente (MAZLISH, 2006, p. 77).

Em termos metodológicos, além da premissa de ultrapassar o nacionalismo, a história global requer cuidados e domínio de conhecimentos importantes por parte de historiadoras/es. Segundo Santos Junior e Sochaczewski, fica explícita

a necessidade de se trabalhar com a longa duração, a validade de se trabalhar tanto com fontes primárias quanto com secundárias, e a necessidade de uma pesquisa multiarquivo que contemple os lados tratados na investigação. O método comparativo, seja buscando “as partes iguais”, seja buscando a reciprocidade, já é bastante usado, assim como o exercício contrafactual. Há clara necessidade de domínio de idiomas, como o inglês, para maior impacto da pesquisa e debates a seu respeito, além das línguas específicas de cada fonte. Por fim, faz-se necessário o domínio por parte do pesquisador da tecnologia para facilitar o acesso a fontes ou tratá-las, assim como para eventualmente gerir pesquisa coletiva e também divulgá-la eficientemente (SANTOS JUNIOR, SOCHACZEWSKI, 2017, p. 494).

<sup>3</sup> Ver mais em Pereira (2019).

Em nossa pesquisa, esses desafios se fazem presentes, na busca por fontes diversificadas, na necessidade de domínio de vários idiomas (Lutzenberger transitava por cinco línguas, na fala e na escrita, o que reflete em seus documentos) e das tecnologias para processamento desses dados. Uma dimensão metodológica importante a salientar em comum entre a história ambiental e a história global é a interdisciplinaridade. Para Cabral de Vasconcelos, sobre a história global,

pode-se afirmar que suas premissas teórico-metodológicas baseiam-se na combinação de métodos diferentes da História e das Ciências Sociais, preceituando a não separação sistemática entre as disciplinas. Evoca-se a interdisciplinaridade, afirmando-se que, somente assim, é possível constituir uma pesquisa em história global (CABRAL DE VASCONCELLOS, 2021, p. 200).

Outra questão teórico-metodológica pertinente é que não há oposição ou conflito em se propor o estudo de uma trajetória individual pela perspectiva da história global. Mesmo com escalas de observação diferentes, a micro-história e a história global não caminham em sentido oposto. Por exemplo, Jacques Revel, em sua obra *Jogos de escalas: a experiência da microanálise* (1998), o autor já afirmava que não havia oposição entre história local e história global (SANTOS JUNIOR, SOCHACZEWSKI, 2017). Já em produções mais recentes, o historiador francês tem proposto a articulação a micro-história com a história global a partir do “princípio de variação de escala” (REVEL, 2010, p. 443).

É a partir dessa discussão teórico-metodológica que propomos uma mirada mais rica e produtiva para a trajetória de José Lutzenberger, um personagem global, que militou por um tema global em contextos globais. Além de dialogar com intelectuais, ambientalistas e políticos de várias partes do mundo, suas ideias foram construídas confluindo para referenciais teóricos globais, entre eles, em especial, a Teoria de Gaia, formulada por James Lovelock (1987), que chama a atenção para uma compreensão ecológica que leve em conta todo o planeta<sup>4</sup>. Numa perspectiva global da história, a construção de suas ideias como agente ecológico reúne contextos globais com os quais Lutzenberger buscou dialogar.

Sua trajetória, da fundação da AGAPAN até a atuação como Secretário do Meio Ambiente e a participação da Conferência Global Eco-92, está diretamente ligada a fenômenos, eventos e processos que acontecem em contextos globais (CONRAD, 2017). Principalmente, porque essa trajetória se insere num processo mais amplo de expansão das ideias ecológicas e do movimento ambientalista no final do século XX, da popularização dessas ideias ao redor do mundo, a fundação de ONG's, e da reflexão de pautas que impactam todos os países, ultrapassando fronteiras, como o aquecimento global. Dessa maneira, a biografia de Lutzenberger supera o nacionalismo metodológico, pois faz emergir diferentes aspectos que rompem com as redes nacionais e regionais na construção de ideias sobre o meio ambiente.

Nossa proposta no artigo é trazer à tona um aspecto pouco conhecido da atuação ambientalista de Lutzenberger: como foi sua participação nos eventos preparatórios da Conferência da ONU Rio-92, como Secretário Nacional do Meio Ambiente, entre 1990-92. Para cumprir esse objetivo, dividimos o texto da seguinte forma: primeiro, traçamos um panorama do pré-conferência, para compreender melhor o contexto de seu surgimento; na sequência, abordamos o significado do conceito de desenvolvimento sustentável para o governo brasileiro; na terceira parte analisamos a participação de Lutzenberger e as ideias difundidas por ele na preparação da Rio-92; nas duas últimas partes, focamos brevemente nos resultados da Conferência e apresentamos nossas considerações finais. Utilizamos documentação coletada no Acervo Privado de José Lutzenberger (APJL).

---

<sup>4</sup> Ver mais sobre os referenciais teóricos que embasaram a militância global de Lutzenberger em Pereira (2019).

## O pré-conferência

A ideia para sua realização surgiu após a publicação de *Nosso futuro em comum*, quando a Comissão Brundtland sugeriu que a Assembleia Geral da ONU convocasse uma conferência internacional para avaliar os avanços desde Estocolmo (1972). Além disso, serviria para promover o conceito de desenvolvimento sustentável, proposto em seu relatório/livro.

Em sua assembleia XLIV, de 22/12/1989, a ONU aprovou a resolução 44/228, por meio da qual convocava a realização de uma conferência internacional sobre meio ambiente, recomendando “a todas as organizações intergovernamentais que se realizasse o exame prévio do *Nosso Futuro em Comum*, entendido como documento básico para as futuras discussões sobre a relação entre meio ambiente e desenvolvimento” (LAYRARGUES, 1998, p. 156). Na resolução, já havia a previsão da data, para junho de 1992 – 20 anos após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, Suécia, e simultaneamente à comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente (05 de junho).

O Brasil se ofereceu para sediar a conferência, em dezembro de 1988. Para André Lago (2013, p. 89), o que levou o então presidente José Sarney a tomar essa atitude foi “a avaliação de que, politicamente e em matéria de imagem, o País tinha mais a ganhar do que a perder ao tomar essa decisão que representava altos riscos”. 1988 foi um ano importante para o Brasil, tanto pela publicação de uma nova Carta Magna, quanto por ter se tornado o foco principal do debate internacional sobre meio ambiente. Na época de Estocolmo, era a poluição que dominava os discursos sobre o tema; já na década de 1980, as preocupações começaram a destacar as mudanças no clima e a perda de biodiversidade, num ritmo cada vez mais acelerado. A Amazônia passa a ser alvo de interesse mundial, especialmente as queimadas na região, que começam a ser medidas pelo INPE e mostrar o aumento progressivo dos incêndios.

O governo Sarney já havia anunciado o Programa Nossa Natureza, em outubro de 1988, medida que visava transmitir uma mensagem de que o Brasil estava atento à questão ambiental. Em 06 de dezembro, o discurso do embaixador Paulo Nogueira Batista apresenta a candidatura do Brasil para sediar a conferência da ONU – ainda sem nome. Quinze dias depois, o líder seringueiro e ambientalista Chico Mendes era assassinado em Xapuri, no Acre, o que gerou uma enorme repercussão internacional. Mendes era pouco conhecido em seu país, mas havia recebido um dos mais prestigiosos prêmios ambientais, o Global 500, concedido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). O impacto de sua morte ajudou na decisão da ONU em aceitar o oferecimento do Brasil para sediar a conferência.

Na sequência, era criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)<sup>5</sup>, em 22 de fevereiro de 1989, órgão responsável por executar a Política Nacional do Meio Ambiente, controlar e fiscalizar o uso dos recursos naturais, emitir licenças ambientais e desenvolver ações para a proteção do patrimônio natural brasileiro.

A resolução 44/228, de 22 de dezembro de 1989 apontou o Brasil como país sede da conferência. Criou também

um Secretariado ad hoc baseado em Genebra com unidades em Nova York e Nairóbi. O Secretário-Geral da Conferência é o canadense Maurice Strong. Cabe ao Secretariado apoiar as reuniões da Comissão Preparatória, produzir os textos negociados, preparar relatórios que lhe forem pedidos pela Comissão e tomar as providências logísticas em contato com o Estado sede (CIMA, 1990, p. 20, APJL).

<sup>5</sup> O IBAMA assumiu as funções de quatro órgãos extintos: o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca e a Superintendência do Desenvolvimento da Heveicultura.

Em abril de 1990, o Decreto federal 99.221 (BRASIL, 25/04/1990) criou a Comissão Interministerial para a Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CIMA), com a finalidade de “assessorar o presidente da república nas decisões relativas ao tratamento internacional das questões ambientais” (CIMA, 1990, p. 7, APJL). A presidência da CIMA era responsabilidade do Ministro de Relações Exteriores, Francisco Rezek, e Lutzenberger era um dos membros titulares, representando a Secretaria Nacional do Meio Ambiente<sup>6</sup>.

A primeira reunião da CIMA ocorreu exatos dois anos antes da realização da Conferência, no dia 06 de junho de 1990. Na ocasião, são mencionados os direcionamentos iniciais, pois a preparação da Conferência de 1992 demandaria “trabalho de coordenação particularmente intenso entre o Brasil e o Secretariado da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, sediado em Genebra” (CIMA, 1990, p. 22, APJL), e comunicada a visita do secretário-geral Maurice Strong, entre 07 e 13 de junho, percebida como “primeiro passo para impulsionar essa coordenação e assegurar o êxito da Conferência de 1992” (CIMA, 1990, p. 22, APJL).

Na assembleia da ONU de 24/09/1990, Collor convida o mundo para vir ao Brasil participar da “grande conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento, talvez a mais importante reunião internacional deste século, pelo tema, de interesse vital para a humanidade, e pela participação esperada, mesmo no plano não-governamental” (SEM AUTOR, 25/09/1990, p. 3, APJL). Para transmitir segurança à plateia, ele garantia que o Brasil estava enfrentando seus “problemas ecológicos”, apesar das dificuldades “econômicas, de graves problemas sociais, da enorme extensão de nosso território, o governo e a sociedade já realizam, no campo ambiental, um esforço que não fica a dever ao de outros países” (SEM AUTOR, 25/09/1990, p. 3, APJL).

Até junho de 1992, iniciava-se uma corrida contra o tempo. Uma série de reuniões no Brasil e no exterior foram realizadas para organizar a conferência. Foram quatro PREPCON (acrônimo para *preparatory committee*, ou seja, reuniões do comitê preparatório): a primeira, em Nairobi (Quênia), em agosto de 1990; a segunda e a terceira em Genebra (Suíça), em março/abril de 1991 e em agosto/setembro do mesmo ano; e a última em Nova Iorque, em março de 1992. Lutzenberger esteve presente nessas reuniões, como acompanharemos a seguir, de acordo com os registros constantes no APJL.

Houve também reuniões regionais, com destaque para a realizada no México, em março de 1991, de onde surgiu a “Plataforma de Tlateloco”, documento com a chancela da Comissão Econômica para a América Latina y el Caribe (CEPAL). Na declaração, os países participantes manifestavam sua profunda preocupação com a “deterioração do estado do meio ambiente e uma séria degradação dos ecossistemas mundiais” (NAÇÕES UNIDAS, 27/01/1992, p. 01) e afirmavam sua convicção de que a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento representava uma oportunidade única para assinatura de relevantes acordos que garantissem “a transferência de tecnologias ambientalmente racionais e o fluxo de recursos financeiros novos e adicionais”. No entanto, para isso, a Conferência deveria observar alguns pontos:

o princípio 21 da Declaração de Estocolmo, de 1972, sobre o respeito à soberania dos países sobre seus recursos naturais e todas as suas atividades econômicas; a integração da dimensão ambiental como elemento inerente ao processo de desenvolvimento sustentável e equitativo; a interdependência entre os problemas mundiais e regionais, em particular os sociais, econômicos e ambientais; a negação da imposição de condicionantes econômicas e ambientais; a igualdade da aceitação da responsabilidade, e o princípio da precaução (NAÇÕES UNIDAS, 27/01/1992, p. 03-04).

---

<sup>6</sup> A lista completa dos membros pode ser consultada no texto do decreto (BRASIL, 25/04/1990). Francisco Rezek ocupou o cargo de Ministro das Relações Exteriores até 13 de abril de 1992; a partir dessa data, Celso Lafer assumiu o posto, até 02 de outubro de 1992 (FUNAG, Online).

Como em Estocolmo, o debate sobre os interesses e diferenças entre países ricos e pobres na exploração/gerenciamento dos “recursos naturais” presentes em seus territórios foi um dos aspectos importantes nas discussões pré-conferência.

Acertada a escolha do país, faltava decidir a cidade que sediaria o evento. Collor anunciou que o Rio de Janeiro fora a cidade escolhida, em 11 de agosto de 1990. Em 23 de agosto, Lutzenberger e a então presidente do IBAMA, Tania Munhoz, viajaram para Nairobi, para participar da PrepCon I que ocorreu entre 6 e 31 de agosto de 1990, na capital do Quênia. Nessa reunião, a agenda e os procedimentos de negociação foram acordados. Segundo David Humphreys (2013, p. 90-91), o evento espelhou a falta de consenso prevalente na sociedade internacional no momento em que os atores esperavam o resultado da Segunda Conferência Mundial do Clima (29 outubro - 7 novembro 1990). Entre a PrepCon I e II, houve a montagem de um grupo de trabalho sobre florestas em Genebra (dezembro 1990). O grupo contribuiu com um relatório com 31 páginas detalhando os papéis, funções e valores das florestas (HUMPHREYS, 2013, p. 90-91).

A PrepCon II, realizada entre 18 março e 5 abril de 1991, em Genebra, foi dedicada principalmente à revisão dos relatórios da Secretaria. Essa reunião foi marcada por profunda discordância na questão das florestas (HUMPHREYS, 2013, p. 91). Já a PrepCon III, realizada em 12 agosto – 4 setembro de 1991, também em Genebra, viu o início real das negociações. O Secretariado preparou textos iniciais de negociação para cada área da futura Agenda 21. A PrepCon IV, realizada em 3 março – 3 abril de 1992, em Nova York, foi a sessão de negociação final e mais séria do processo preparatório. Após cinco semanas de negociações e a produção de 24 milhões de páginas de documentação, a PrepCon chegou a acordo sobre quase 85% da Agenda 21. O restante seria finalizado em junho, na própria conferência.

Entre os impasses que marcaram as PrepCon, destaca-se a posição dos Estados Unidos, que se negavam a reduzir as emissões de carbono, porque as empresas do país já reclamavam dos custos da lei do ar limpo. Artigo do jornalista norte-americano Douglas Mulhall (O GLOBO, 23/02/1991, p. 7, APJL) apontava os principais pontos de discordância: o então presidente do país, George Bush, tinha um ano eleitoral pela frente “e uma economia em dificuldades. Ele vai se opor a qualquer iniciativa que implique gastos adicionais”. Outra fonte de impasse eram as florestas: “As nações do norte desmatam suas florestas e depois exigem que as florestas tropicais sejam menos destruídas do que as de seus países”. Por fim, “a divisão do movimento ecológico no Norte e no Sul. Os grupos não conseguiram chegar a um acordo satisfatório sobre o que apresentar na Rio-92” (O GLOBO, 23/02/1991, p. 7, APJL).

Além das conferências preparatórias oficiais, ocorreram também reuniões preparatórias do evento paralelo, o chamado Fórum Global. A ONU apoia e estimula a realização por organizações da sociedade civil, de eventos simultâneos às suas Conferências. São Fóruns não oficiais de debate, construídos com o objetivo de formar a opinião pública e exercer pressão sobre a Conferência Oficial. Em geral, nesses eventos paralelos “são levantadas questões de real interesse para o futuro da humanidade que, devido ao seu pioneirismo, ainda não são percebidas pela maioria da sociedade, incluídas na pauta de seus dirigentes” (DIEHL, 1995, p. 50). Para a preparação da conferência paralela, foram realizados três encontros nacionais em 1990, sete encontros em 1991 e dois em 1992, cada um com cerca de três dias de duração (DIEHL, 1995, p. 51).

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) foi a primeira reunião da ONU que permitiu a participação da sociedade civil organizada. Mas essa participação foi restrita à qualidade de ouvinte, sem direito a voto e “com apenas sete minutos de pronunciamento de voz. É claro que foi possível obter informações, mas não foi o caso de se alterar tanto os rumos das negociações. Talvez as ONGS tenham desempenhado o papel de fiscalizadoras das ações de seus

respectivos governos” (RIBEIRO, 2001, p. 35). No entanto, o principal papel das ONGS foi aumentar o interesse do grande público acerca das questões ambientais.

## O desafio do desenvolvimento sustentável para o Brasil

O conceito de desenvolvimento sustentável, que emerge do Relatório Brundtland, ainda era pouco conhecido até a realização da Eco-92. Para Cássia Peguim (2020, p. 82), “naquele contexto, a proposição do conceito refletiu a necessidade de reordenar o capitalismo por meio da adequação à escassez de recursos naturais, consequente da própria dinâmica predatória do capital, para manter sua expansão”.

Desenvolvimento sustentável era mesmo um desafio, como consta no título do documento elaborado pelo governo brasileiro para a CNUMAD, *O desafio do movimento sustentável: relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* (BRASIL, 1991). O texto foi confeccionado pela Comissão Interministerial para a Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CIMA), composta por membros das secretarias executivas ligadas diretamente ao então presidente Fernando Collor de Mello, entre elas a Secretaria do Meio Ambiente, ocupada por Lutzenberger.

Apesar do tema do meio ambiente já constar na Constituição de 1988, acolhendo algumas das disposições do Relatório Brundtland inclusive, “como a ideia de corresponsabilidade dos poderes públicos e da coletividade na defesa e na preservação do meio ambiente para as atuais e futuras gerações” (MARTINEZ, 2016, p. 179), o conceito de desenvolvimento sustentável estava ausente da Carta Magna. Somente no documento de 1991 é que foi incorporado às análises governamentais sobre a realidade brasileira.

O relatório situa a posição do Brasil sobre a questão ambiental em meio à ordem internacional. Afirma que, em primeiro lugar, cada nação tem o direito soberano sobre seus “recursos naturais”; questionava “a noção de que os recursos naturais constituem um patrimônio da humanidade. Seria irreal supor que certos recursos pertencem à humanidade em seu conjunto, quando de fato eles estão localizados em jurisdições nacionais” (BRASIL, 1991, p.21). Determinava também que os principais responsáveis pelos problemas ambientais eram os países desenvolvidos, do norte. Esses deveriam propor soluções, desde que isso não prejudicasse apenas os países em desenvolvimento, do sul.

O texto também apontava que as “raízes dos problemas econômicos, sociais e ambientais no Brasil” são a “concentração da propriedade da terra, as desigualdades e a ausência de mobilidade social do setor rural” (BRASIL, 1991, p. 31). Talvez a influência de Lutzenberger tenha levado a uma avaliação negativa da agricultura industrial:

O rápido crescimento da agricultura trouxe, ao lado do agravamento da crise social, problemas ecológicos e ambientais que até então não haviam sido percebidos em toda sua dimensão. A utilização crescente de adubos químicos e agrotóxicos, a intensa e concentrada mecanização e as extensas monoculturas voltadas para o mercado externo causaram a erosão e a degradação de terras agrícolas, assim como sérios impactos sobre os recursos florestais, os rios e lagos, o equilíbrio biológico de pragas e doenças” (BRASIL, 1991, p. 36).

O relatório identificava os danos da mineração, “quando mal conduzida, pode ser geradora de sérios impactos ambientais”, além do “conflito de interesse com os povos indígenas” (BRASIL, 1991, p. 45). Reconhecia os impactos socioambientais do êxodo rural, da migração para as grandes cidades, como subemprego, marginalidade, problemas no saneamento, aumento da

pobreza e da geração de lixo, entre outros. É interessante constatar que todos os tópicos do texto voltam a sua atenção de alguma forma à região amazônica. Mesmo que não tenham muito a relatar, em alguns deles, sempre falam do quadro naquela região. Isso demonstra a importância que a Amazônia tinha para o governo do período, lembrando a repercussão internacional de sua devastação, desde meados dos anos 1980.

Por fim, o documento admitia a preponderância do Estado como grande responsável por colocar em prática “uma nova gestão ambiental”, mas em parceria com “o setor privado, organizações não governamentais e com a sociedade em geral, em decorrência não apenas da crise financeira em que se encontra mas também da democratização do país”. Segundo o relatório, essa nova gestão deveria “ser descentralizada, com maior equidade na distribuição dos custos. Deve também ter visão abrangente de modo a considerar, de maneira indissolúvel, a questão ambiental e a questão do desenvolvimento econômico e social” (BRASIL, 1991, p. 169).

## Lutzenberger na Rio-92

Lutzenberger participou intensamente dos preparativos da Conferência, até a PrepCon IV, em março de 1992, quando ocorreu sua saída do governo Collor. Nesta parte do texto, vamos nos concentrar nas reuniões preparatórias sobre as quais consta documentação no APJL.

Um dos eventos que ocorreriam durante a Rio-92 seria a *Voice of Children*, ou Voz das Crianças, em que crianças de diferentes países teriam um momento para se dirigir aos líderes mundiais, clamando por ações que garantissem o futuro. Esse evento immortalizou a voz de Severn Cullis-Suzuki, uma menina canadense com 12 anos na época<sup>7</sup>. A *Voice of the Children* teve início na Conferência Regional sobre Ambiente e Desenvolvimento, em Bergen, Noruega, em maio de 1990, e ampliou-se para uma campanha internacional de ONGs em mais de 40 países. Lutzenberger foi convidado a participar “como membro da Mesa Diretora Honorária da campanha ‘Voz das Crianças’” (ENDRESEN, 29/10/1990, APJL). A participação não envolveria Lutzenberger em reuniões ou trabalhos.

Ele via sua participação na Rio-92 como “encarregado da parte filosófica”, em suas palavras, declaradas em entrevista ao jornal espanhol *El Observador* (ELCACHO, 05/06/1991, p. 21, APJL), um ano antes da conferência, quando estava em Barcelona para receber o Prêmio Vida Sana<sup>8</sup>. Mencionando a questão ética que permeia o ambiente, Lutzenberger disse que, muitas vezes, fala-se de soluções técnicas para os problemas ambientais, enxergando o planeta somente como fonte de recursos, objetos para satisfazer o desejo de consumo. E, em sua visão holística, embasada na teoria de Gaia, acrescentava: “esquecemos que el planeta Tierra es un sistema vivo en que todo está ligado y nosotros sólo somos una pieza” (ELCACHO, 05/06/1991, p. 21, APJL). Eram esperados 160 chefes de estado para a reunião e, embora muitos ainda pensassem em desenvolvimento “como utilización indiscriminada de los recursos naturales”, uma parte deles “empiezan a darse cuenta de que no se puede continuar como hasta ahora”, para Lutzenberger se 20 ou 50 comessem “a cambiar de mentalidad ya habremos conseguido algo positivo” (ELCACHO, 05/06/1991, p. 21, APJL).

<sup>7</sup> Quando tinha 9 anos, a menina fundou, junto com amigos, o grupo ambientalista Environmental Children's Organization (ECO). Em 1992, angariou fundos para ir à Conferência da ONU no Rio de Janeiro. Em 2012, Severn voltou à cidade, para a Rio+20. Ela declarou, na ocasião: "Temos de ouvir a nossa juventude. Penso que foi por isso que as pessoas me escutaram antes, porque eu era jovem e lembrava as pessoas daquilo que estava realmente em jogo. E o que está em jogo é o que as pessoas comuns mais amam no mundo: as suas crianças" (FERNANDES, 18/06/2012, Online).

<sup>8</sup> Prêmio entregue anualmente pela Associação Vida Sana, na Espanha. A associação surgiu em 1981 e se dedica “a promover a agricultura ecológica e a alimentação saudável como base para uma sociedade mais justa e respeitosa com o meio ambiente” (VIDA SANA, Online). Lutzenberger recebeu o prêmio de 1991 “por seu incansável esforço na preservação do meio ambiente e do respeito a toda a forma de vida, com especial referência a seu trabalho de muitos anos em favor da agricultura biológica” (DURAN, 09/06/1991, p. 50, APJL).

Ao jornal espanhol *La Vanguardia* (DURAN, 09/06/1991, p. 50, APJL), na mesma ocasião em Barcelona, ele acrescentou que tinha

mucha fe en este encuentro. En mis contactos con los diversos gobiernos del mundo insisto siempre en la importancia del evento. Por primera vez, la mayor parte de jefes de estado no se reunirán para hacer coaliciones, sino para discutir de qué manera podemos salvar el planeta. Hemos de cambiar nuestra cosmovisión y replantearnos qué estendemos por progreso y desarrollo. El 92 es la última oportunidad para la humanidad.

Na PrepCon I, em Nairobi, Lutzenberger discursou em 29 de agosto de 1990. Como usualmente fazia nessas ocasiões, proferiu uma fala centrada em questões filosóficas e conceituais que considerava essenciais, no caso, o dilema desenvolvimento/crescimento x preservação dos elementos naturais, apontando a visão do planeta como Gaia – um ser vivo – a orientação a ser seguida na conferência. Segundo ele,

Constantemente usamos a palavra “desenvolvimento”, todos nós insistimos que precisamos de mais desenvolvimento, mas quase nunca definimos precisamente o que queremos dizer com “desenvolvimento”. Contanto que não definimos isso, “desenvolvimento” é o que temos, mas o que temos é fundamentalmente destrutivo e insustentável, se olhamos para os altamente desenvolvidos ou para os chamados países subdesenvolvidos (LUTZENBERGER, 1990, p. 2, APJL).

Lutzenberger afirmou que, em sua visão, a Conferência de 1992 seria a reunião mais importante na história da humanidade. Nunca antes os chefes de Estado de vários países do mundo se juntaram para discutir um objetivo em comum: “como reverter o atual curso suicida da Moderna Sociedade Industrial, como abandonar nossas formas predatórias de desenvolvimento em favor de um desenvolvimento que pode ser sustentado, que coloca nossa espécie novamente em harmonia com o resto da Criação” (LUTZENBERGER, 1990, p. 1, APJL).

Ele era um crítico do conceito de desenvolvimento sustentável. Da forma como era apresentado, em geral, mantinha-se o equívoco de que os problemas ambientais poderiam ser resolvidos “com remendos técnicos, tais como reduzindo emissões, adaptando mais filtros para nossas chaminés, catalisadores para os canos de escape dos nossos carros, controlando a poluição industrial e agrícola ou urbana, deixando as reservas naturais para a preservação da biodiversidade, mais reflorestamento, etc... Mas isso não é o bastante” (LUTZENBERGER, 1990, p. 1, APJL).

Outro equívoco, observado por Lutzenberger em outra sessão da própria reunião em Nairobi afirmava

que a pobreza está na raiz da maior parte da degradação ambiental que temos hoje. Mas é o contrário disso, a maior parte da pobreza que vemos hoje no mundo é resultado da destruição de culturas tradicionais, do estupro de seus recursos em nome do “progresso”, do desenraizamento de pessoas que são então deixadas sem escolha a não ser encher as favelas purulentas ou estuprar o que ainda resta de região selvagem (LUTZENBERGER, 1990, p. 2, APJL).

Essa destruição era resultado de uma injustiça ambiental para com os países em desenvolvimento, a maioria deles carregava um passado de colonização e exploração. No presente, a conformação do sistema econômico capitalista delegava a eles o papel de países periféricos, fornecedores de matéria prima, e a exploração de sua natureza – transformada em recurso – levava a uma profunda injustiça socioambiental para com seus povos. Por outro lado, para Lutzenberger, a solução não seria “elevar toda a Humanidade ao nível de consumo material e de energia que hoje caracterizamos como de Primeiro Mundo; [seria] impossível, seria suicida” (LUTZENBERGER, 1990, p. 2, APJL).

Ele via como causa desse problema a visão ética predominante nas relações humanos-natureza:

Fundamentalmente é a nossa visão de mundo. O nosso passado judaico-cristão remoto nos deu uma visão de mundo antropocêntrica. Consideramos a nós mesmos como a única espécie que tem direitos. Nossa ética é portanto truncada, limitada. Vemos toda criatura e elemento não humano como fora de nossa ética. Podemos nos levar ao reconhecimento que a devastação de certas áreas selvagens é um erro, mas um erro apenas na medida em que estamos prejudicando a nós mesmo ao desperdiçar recursos futuros (LUTZENBERGER, 1990, p. 3, APJL).

Essa visão levaria ao postulado básico da economia mundial - o crescimento ilimitado:

a maioria dos economistas modernos não vêem nada de errado postulando a necessidade do crescimento exponencial contínuo das economias nacionais. Quando eles olham para os aspectos da distribuição injusta, eles preferem prever que um bolo sempre crescente vai eventualmente dar aos desprivilegiados uma fatia suficientemente grande. Um corolário deste postulado é que a crescente prosperidade vai também resolver o problema do crescimento populacional (LUTZENBERGER, 1990, p. 3, APJL).

Seguindo os teóricos da chamada economia ecológica, Lutzenberger defendia como saída o estado estacionário na economia:

Se queremos um desenvolvimento realmente sustentável, o crescimento precisa ser mais qualitativo que quantitativo, em muitos casos deve haver uma redução na quantidade. Devemos encontrar maneiras de colocar nossas economias em uma situação de estado estacionário. Isso não precisa ser estagnação, pode ser muito ativo e dinâmico, mas precisa ser estável, balanceado e autorregulado, assim como são todos os sistemas naturais, especialmente os sistemas vivos. Se a Vida em seus três bilhões e meio de anos de existência nesse planeta tivesse agido da forma que a Moderna Sociedade Industrial age, ela teria desaparecido antes que os seres vivos tivessem atingido o nível de complexidade de uma bactéria (LUTZENBERGER, 1990, p. 4, APJL).

Aqui Lutzenberger aplicava o princípio da imitação da natureza como solução para os problemas ambientais. Essa saída passava também pela compreensão de que a Terra “esse Planeta é vivo, que é um sistema vivo” (LUTZENBERGER, 1990, p. 4, APJL). Passava pelo abandono do antropocentrismo: “Devemos reaprender que nós humanos somos apenas parte de um todo maior e que devemos aprender a nos comportarmos de maneiras que melhoram a vida, não que consomem a vida” (LUTZENBERGER, 1990, 5, APJL). Mais ainda, por uma reavaliação do significado da tecnologia e do modo como ela é usada pelos humanos:

a maior parte do que é apresentado hoje como progresso técnico é tecnologia dura, tecnologia concebida pelos poderosos para seus interesses, para ajudá-los a concentrar ainda mais poder, não tecnologia branda que é uma tecnologia concebida para satisfazer as verdadeiras necessidades humanas em harmonia com a Natureza. Isso significa que precisamos de uma crítica política da tecnologia, o que dificilmente está acontecendo hoje (LUTZENBERGER, 1990, p. 5, APJL).

O questionamento político da tecnologia estava presente já nos primeiros textos de Lutzenberger, tema no qual ele vai tocar em inúmeras oportunidades ao longo de sua militância. Nos anos 1990, no auge do discurso da globalização, ao longo do período em que ocupou o cargo de Secretário, o tema era o cerne do livro que escrevia naquele momento. Publicado postumamente

como “Garimpo ou Gestão” (2009) e depois com o título “Crítica ecológica do pensamento econômico” (2012), a obra alertava que o domínio da tecnologia na vida das pessoas seria tamanho que inibiria o que considerava a “verdadeira democracia”.

Entre as PrepCon II e III, Lutzenberger participou de outro encontro preparatório à Rio-92: a Regional Conference at Ministerial Level to Follow-up the Report of the World Commission on Environment and Development<sup>9</sup>, também chamada de “*Action for a Common Future*”, em Bergen, Noruega, entre 14 e 16 de maio de 1991. O foco dessa conferência era o aquecimento global pelas emissões de gases de efeito estufa, como o dióxido de carbono, metano, CFCs e outros. Em sua fala, Lutzenberger destacou a importância das florestas para o equilíbrio climático mundial, usando dados sobre a Amazônia como exemplo. Mencionando as pesquisas do professor e pesquisador Eneas Salati, defendeu a necessidade de preservação da grande floresta para que o clima mundial não fosse afetado. Disse que o governo Collor estava tomando medidas nesse sentido.

Além da floresta tropical/equatorial, o Secretário defendia também a proteção das florestas temperadas do hemisfério Norte: “Eu faço um apelo agora para os países escandinavos, para o Canadá, para a União Soviética e para os Estados Unidos, onde hoje algumas das últimas florestas virgens temperadas e árticas restantes estão sendo cortadas. Por favor, parem” (LUTZENBERGER, 1991a, p. 4, APJL).

Lutzenberger mencionou que as áreas florestais já devastadas poderiam ser aproveitadas para a agricultura, ele defendia que os habitantes dessas regiões fossem orientados “a aprender os métodos da agricultura regenerativa, isso é, manejo orgânico do solo rotação de colheitas, o uso máximo de plantas leguminosas, plantio associado, além disso uma agricultura que é composta majoritariamente por árvores e arbustos, isso é, permacultura” (LUTZENBERGER, 1991a, p. 3-4). Para ele, a maioria das pessoas que estavam cortando árvores na Amazônia “estão lá porque foram marginalizados, eles foram desenraizados em outras partes do país. Então devemos na verdade iniciar uma nova política agrícola” (LUTZENBERGER, 1991a, p. 4).

Como engenheiro agrônomo, Lutzenberger sempre se preocupou com o sistema de produção de alimentos. Para ele, “o tipo de agricultura que hoje predomina na Comunidade Econômica Europeia, em países como os EUA e até mesmo nas partes mais desenvolvidas do meu país não tem futuro. Por todo o mundo devemos agora promover uma forma de agricultura mais saudável e ecologicamente sustentável” (LUTZENBERGER, 1991a, p. 5). Ao final de sua fala, voltou a criticar o pensamento econômico dominante, focado no crescimento ilimitado, e a defender uma mudança profunda no capitalismo:

se é para o mundo mudar para melhor, se aquelas crianças lá fora instando-nos a tomar decisões agora, se é para terem um futuro, devemos primeiro repensar o que está acontecendo no Primeiro Mundo. Porque o que está acontecendo no Terceiro Mundo é apenas uma consequência do que está acontecendo aqui. Se estamos destruindo a Floresta Amazônica no Brasil, se estamos destruindo montanhas inteiras para exportar minério de ferro e alumínio para o Japão e para a Europa, isso é por que vocês criaram esses mercados, com seus modos absurdos de desperdiçar recursos. Precisamos de uma perestroika no capitalismo também (LUTZENBERGER, 1991a, p. 6).

Em Genebra, na PrepCon III, Lutzenberger discursou em 03/09/1991. Não temos o conteúdo de sua fala, mas segundo matéria do Jornal do Brasil (ILHESCA, 04/09/1991, p. 7, APJL), foi “o único aplaudido de pé durante a reunião do comitê preparatório da Rio-92”. Sua participação repercutiu porque, após o discurso, ele “criticou duramente as declarações do general Thaumaturgo Sotero Vaz, chefe do Comando Militar da Amazônia, que chamou os ecologistas da ONU de ‘babacas’”.

---

<sup>9</sup> Conferência Regional em Nível Ministerial para Acompanhar o Relatório da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Lutzenberger retribuiu o adjetivo: “não me interessa o que esses babacas estão dizendo. Não vale a pena contestar. Se eles nos chamam de babacas, eles é que são babacas” (ILHESCA, 04/09/1991, p. 7, APJL).

Lutzenberger esclareceu que a Rio-92 não seria “uma conferência brasileira sobre a Amazônia ou um tribunal contra o Brasil. É uma conferência da humanidade em que nós, brasileiros, temos o privilégio de sermos anfitriões. Aqueles deputados que falam da internacionalização da Amazônia são ridículos” (ILHESCA, 04/09/1991, p. 7, APJL).

O assunto da internacionalização da Amazônia era um antigo temor das Forças Armadas brasileiras, apropriado por políticos oportunistas. Lutzenberger sempre se manifestou contra esse temor, denunciando que o regime militar abriu a Amazônia para inúmeros projetos estrangeiros e não os considerava internacionalização, mesmo que fossem danosos à floresta e sua população. Era um temor que voltava à tona quando estava ligado à questão ambiental e/ou indígena, como podemos perceber no caso da demarcação da Terra Indígena Yanomami, em 1991.

Em artigo de 11/11/1991, na Gazeta Mercantil, “A questão é saber: quem realmente internacionaliza a Amazônia?” Lutzenberger denunciou a forma moderna de exploração da grande floresta como uma das formas de neocolonialismo, em que setores brasileiros permitiam (e lucravam com isso) que países ricos implementassem diversos projetos danosos ao Brasil e à floresta. Lutzenberger cita como exemplos “esquemas como Tucuruí e Carajás” e a mineração em geral, que deixa “montanhas demolidas, rios totalmente poluídos”. Para o então chamado primeiro mundo, tratava-se de “um excelente investimento, que assim obteve acesso a nossas matérias-primas a preços de banana, sem ter que se preocupar com os estragos sociais e ambientais. Pode até nos acusar de nossa irresponsabilidade”. Alfinetando os militares, ele afirma: “ainda há os que acham que aqueles que cobiçam nossos recursos minerais estariam pensando em ocupar militarmente nossos territórios. São exatamente eles, os que isso dizem, os que propiciam a satisfação bem mais fácil dessas cobiças!”. Ao contrário, aqueles que “defendem o que é nosso, do índio, do caboclo, chamam, então de vendilhões ou traidores da pátria” (LUTZENBERGER, 1991b, p. 5, APJL).

De 07 a 19 de março de 1992, ele participou da PrepCon IV. Em uma das reuniões, em 11/03/1992, Lutzenberger fez declarações polêmicas, que sugeriam a existência de esquemas de corrupção no IBAMA e no governo em geral, um verdadeiro desabafo. Na volta ao Brasil, um mal-estar entre o Secretário e o presidente levou a sua demissão. Lutzenberger participou da Rio-92, mas apenas nos eventos paralelos do Fórum Global, no Aterro do Flamengo. Ele foi um dos componentes da mesa “Educação ambiental, leitura e representações do mundo, conscientização para salvar o planeta”, organizada por Marcio D’Olne Campos, que reuniu também Paulo Freire, Patativa do Assaré, Valdeck de Garanhuns, Miguel Grimberg, Marcos Reigota, Davi Kopenawa e Osmarino Amancio (MESSENGER/FACEBOOK, 2019).

## A conferência e seus resultados

A Rio-92 foi realizada entre 03 e 14 de junho; a Conferência “Oficial” no centro de convenções Riocentro e o Fórum Global no Aterro do Flamengo. Vinte anos após Estocolmo, na CNUMAD “participaram 178 Estados-Nação, dos quais 114 chegaram a ser representados pelos respectivos Chefes de Estado”, inclusive dos países centrais, como George Bush, François Mitterrand e John Major, na época respectivamente presidentes dos Estados Unidos e da França e primeiro-ministro da Inglaterra, e expoentes da periferia, como Fidel Castro, presidente de Cuba (RIBEIRO, 2001, p. 108).

No entanto, a presença dos EUA não significou total apoio às decisões da conferência. Em artigo logo após o evento, o jornalista Washington Novaes afirmava que já nas discussões preparatórias de Nova York, em março/abril de 1992, “ficou evidente que muitas das divergências seriam na verdade insuperáveis, dados certos fatores de ordem política e econômica, numa fase de transição para uma nova ordem mundial. Especialmente nos Estados Unidos, um dos principais atores no cenário”

(NOVAES, 1992, p. 79). Novaes (1992) avaliava que o país mais rico do mundo não queria investir em transformações profundas nas estruturas de produção, pois estas custariam investimentos fortíssimos aos países industrializados. Ao invés disso, eles estariam tentando minimizar as ameaças de mudanças climáticas às custas dos países mais pobres.

As negociações na reunião “oficial” foram extremamente difíceis. Segundo Novaes (1992, p. 81), “até o último momento os países exportadores de petróleo tentaram vetar o texto proposto para a convenção, embora já quase isolados nessa posição. É certo que o próprio secretário interino do Meio Ambiente, José Goldemberg, apontava o texto da convenção como inócuo”. As ONGs criticaram severamente o texto da convenção:

Além de não aceitarem que se privilegiem os aspectos econômicos do problema, em detrimento da conservação da biodiversidade por si mesma, entendem que a reivindicação de acesso às biotecnologias de ponta não pode ser levada a sério, já que estamos abrindo mão delas no Código de Propriedade Industrial (...).

Não foram muito diferentes as críticas dos ambientalistas à Declaração sobre Florestas concertada no Rio de Janeiro. Segundo estes, a preocupação com o "manejo sustentado" dessas áreas na verdade apenas encobriria o propósito de exploração das florestas tropicais com fins econômicos e sem preocupações ecológicas, partilhado por muitos países detentores dessas florestas e seus parceiros comerciais consumidores, como o Japão, principalmente (NOVAES, 1992, p. 84-85).

Apesar de gerar imensa expectativa mundial, os resultados práticos da conferência deixaram a desejar. Para boa parte dos cientistas, o principal mérito dessa convenção assinada no Rio de Janeiro seria o de "conscientizar o mundo" para a importância da questão ambiental (NOVAES, 1992, p. 85). Entre os resultados oficiais da Rio-92, ficaram, além da Declaração das Florestas, a Declaração do Rio, uma carta de princípios pela preservação da vida na Terra; a Agenda 21, um plano de ação para a virada do século, visando a minimizar os problemas ambientais mundiais (RIBEIRO, 2001, p. 108).

A maior contribuição da conferência foi difundir a questão ambiental pelo mundo. Mesmo não tendo sido a grande mudança que Lutzenberger desejava e tenha falhado em garantir compromissos efetivos dos principais poluidores (em especial os Estados Unidos), não há como negar como resultado a consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável, como objetivo a alcançar e, ao mesmo tempo, como maior dilema da humanidade. Como conciliar desenvolvimento e proteção do meio ambiente continua, no século 21, a ser a principal pergunta não respondida por Estados e empresas, mais preocupados em garantir os lucros e a expansão capitalista, mesmo que a custo da própria continuidade da vida no planeta.

## Considerações finais

A atuação de José Lutzenberger como ambientalista inseriu-se em contextos globais. Nas duas décadas que antecederam sua nomeação como Secretário Nacional do Meio Ambiente, em sua atuação ambiental, denunciou o uso de agrotóxicos em defesa de uma agricultura ecológica, num momento em que o país vivia o auge da modernização agrícola pautada na plataforma norte-americana conhecida como Revolução Verde, que buscou expandir pacotes tecnológicos e insumos agrícolas aos países subdesenvolvidos. Lutzenberger foi também um dos mais ferrenhos defensores da Floresta Amazônica, contribuindo para que os desmatamentos e queimadas se tornassem preocupação global, conectada às mudanças climáticas.

Durante a sua participação como Secretário Nacional do Meio Ambiente, no governo Collor, de 1990 até março de 1992, sua atuação e ideias expandiram-se de forma ainda mais ampla. O período foi marcado por turbulências, especialmente por sua

discordância com a forma que o presidente e os órgãos de fiscalização lidavam com desvios na administração pública ambiental e pelas críticas da mídia brasileira à atuação de Lutzenberger em compromissos internacionais.

Na política ambiental brasileira, Lutzenberger encabeçou como Secretário importantes projetos, como a instituição da Terra Indígena Yanomami em 1991, o combate do desmatamento da Amazônia, e a interdição da área de testes nucleares na Serra do Cachimbo.

Na assembleia da ONU de 24/09/1990, Collor convidou o mundo para vir ao Brasil participar da Conferência, afirmando que o país possuía muitos problemas, mas buscava meios para resolvê-los, especialmente no que diz respeito ao meio ambiente, em que as profundas desigualdades sociais interferiam diretamente. Nas “PrepCon”, participando como Secretário, Lutzenberger buscou projetar uma orientação pautada na Teoria de Gaia, segundo a qual a Terra é vista como um ser vivo. Nessa perspectiva, o conceito de desenvolvimento sustentável, principal elemento debatido nos eventos preparatórios, foi criticado por Lutzenberger, o que contrastava até mesmo com a prática de governo e posição depois defendida por Collor na Rio-92.

Na PrepCon I, em Nairobi, Lutzenberger discursou chamando a atenção para o dilema desenvolvimento x preservação dos elementos naturais, apontando o equívoco de considerar que os problemas ambientais poderiam ser resolvidos “com remédios técnicos”. No encontro preparatório “*Action for a Common Future*”, em Bergen, Noruega, em 1991, Lutzenberger destacou a importância das florestas para o equilíbrio climático mundial, usando dados sobre a Amazônia como exemplo.

Lutzenberger se via encarregado da parte filosófica do evento, a partir de uma visão muito crítica sobre a forma corrente de pensamento dominante, fundada numa ética antropocêntrica. Para ele, a humanidade precisava mudar urgentemente a forma como entendia “progresso” e “desenvolvimento”. A Rio-92, em sua visão, poderia ser uma das últimas oportunidades de reversão desse pensamento, oportunidade ímpar na história humana.

Adotando a concepção da economia ecológica, nos eventos preparatórios criticou o dogma do crescimento econômico ilimitado, adotado na grande maioria dos países, e defendeu mudanças profundas que tornassem os mercados mais inclusivos e justos socioambientalmente; em suas palavras, “uma perestroika no capitalismo”. Mesmo que Lutzenberger tenha saído do governo Collor antes da realização da Conferência, a análise das reuniões preparatórias, por meio de sua participação em particular, deixa entrever a dinâmica dos eventos e as diferentes propostas em disputa, um dos fatores para entender a dificuldade de se chegar a consensos em eventos tão globais como esse.

Os resultados da CNUMAD deixaram a desejar, no sentido de garantir o comprometimento dos países em iniciativas concretas para barrar a crise ambiental. Havia sempre o impasse do crescimento econômico, que a maioria dos Estados não estava disposta a abrir mão em nome da sustentabilidade ambiental. No entanto, seu principal resultado foi a popularização da temática ambiental no Brasil e no mundo. O mérito de provocar a conscientização para as questões ambientais não deve ser minimizado. Nesse sentido, mesmo que posições mais críticas, como a de Lutzenberger e de outros ambientalistas, não tenham sido hegemônicas, elas também contribuíram para a disseminação da problemática ambiental como algo urgente e importante, um tema de abrangência global e que diz respeito a todos os seres vivos que compartilham o planeta.

#### Agradecimento

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Agradecemos à agência pelo financiamento de nosso projeto e pelas bolsas de Iniciação Científica e Técnica que deram suporte à pesquisa.

## Referências:

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A singularidade: uma construção nos andaimes pingentes da teoria histórica. *In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007, p. 247-254.
- AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como possibilidade de escrita da história. *In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, USP, São Paulo, julho 2011*.
- BRASIL. Decreto 99.221. 25 abril de 1990. Cria a CIMA. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99221.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99221.htm)>. Acesso em 02/04/2020.
- BRASIL. Presidência da República. Comissão Interministerial para a Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *O desafio do desenvolvimento sustentável*. Pref. Do Presidente Fernando Collor. Brasília: Cima, 1991.
- CABRAL DE VASCONCELLOS, Patrícia. História Global: o novo encontro entre a História e as Ciências Sociais. *Revista História: Debates E Tendências*, Passo Fundo, 21(1), 2021, p. 199-215.
- CIMA. Relatório da 1ª reunião, realizada em 06 de junho de 1990 (APJL).
- CONRAD, Sebastian. *Historia Global: Una nueva visión para el mundo actual*. Barcelona: Critica, 2017.
- DIEHL, Franceline Pantoja. A conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento (CNUMAD-92) e a política ambiental brasileira. Itajaí-SC, *Novos Estudos Jurídicos*, nº 1, 1995.
- DURAN, Xavier. Si la sociedad industrial continua tan destructiva, acabaremos con el planeta. Perfil: Um ecologista de prestígio. *La Vanguardia*, Barcelona, 09 jun. 1991, p. 50 (APJL).
- ELCACHO, Joaquim. Si queremos sobrevivir hemos de redefinir lo que significa el desarrollo. Entrevista com José Lutzenberger, Secretário de Medio ambiente de Brasil. *El observador*, Barcelona, Sociedad, 05 jun. 1991, p. 21 (APJL).
- ENDRESEN, Sigurd [Embaixador da Noruega]. Carta convite para José Lutzenberger participar do “Voz das crianças”. Brasília, 29 out. 1990 [Fonte em inglês, tradução nossa] (APJL).
- FERNANDES, Cesil. "Menina que calou o mundo" na Eco 92 retorna ao Rio, 20 anos depois. *Deutsche Welle*. Publicado em 18/06/2012. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/menina-que-calou-o-mundo-na-eco-92-retorna-ao-rio-20-anos-depois/a-16028813>>. Acesso em 01/04/2020.
- FUNAG. Ministros das Relações Exteriores a partir da Independência do Brasil 1822-2020. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores>>. Acesso em 11/01/2021.
- HUMPHREYS, David. *Forest politics: The evolution of international cooperation*. New York: Routledge, 2013.
- ILHESCA, Marlise. Lutzenberger se ofende e chama gerais de “babacas”. *Jornal do Brasil*, Ecologia/Ciência, Rio de Janeiro, 04 set. 1991, p. 7 (APJL).
- LAGO, André. *Conferências de desenvolvimento sustentável*. Brasília : FUNAG, 2013.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier. *A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica*. São Paulo: Annablume, 1998.
- LOVELOCK, James. *Gaia: um novo olhar sobre a vida na Terra*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- LUTZENBERGER, José. *Discurso à Reunião do Comitê Preparatório da Conferência de 1992*. Nairobi, 29 ago. 1990 (APJL).
- LUTZENBERGER, José. Declaração na Conferência preparatória à Rio-92 “Action for a Common Future”. Sessão Ministerial. Bergen, 14-16 mai. de 1991a (APJL).
- LUTZENBERGER, José. A questão é saber: quem realmente internacionaliza a Amazônia? *Gazeta Mercantil*, 11 set. 1991b, p. 5.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. A história global da escravidão atlântica: balanço e perspectivas. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 41, , jan./abr., 2019, p. 14-41.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. Estado, políticas públicas e meio ambiente no Brasil. *In: ABRÃO, Janete Silveira (coord.). Brasil: interpretações e perspectivas*. São Paulo: Marcial Pons; Universidad de Alcalá; Instituto Universitario de Investigación en Estudios Latinoamericanos, 2016.
- MAZLISH, Bruce. *The new global History*. Nova Iorque: Routledge, 2006.
- MESSENGER/FACEBOOK. Conversas com Marcos Reigota e Marcio D’Olive Campos. 2019.
- MULHAL, Douglas. Depois da Rio-92. *O Globo*, Opinião, Rio de Janeiro, 23 fev. 1991, p. 7 (APJL).
- NAÇÕES UNIDAS. Comissão Econômica para a América Latina y el Caribe - CEPAL. *Plataforma de Tlatelolco sobre Meio Ambiente y Desarrollo*. Cidade do México, 04 a 07 de maio de 1991. Publicado em 27/01/1992 (APJL).
- NOVAES, Washington. Eco-92: avanços e interrogações. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.5, n.6, 1992.
- PEGUIM, Cássia Natanie. Estado, desenvolvimento sustentável e governança no Brasil: políticas públicas para energia e água pós Rio-92. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 44, 2020, p. 78-93.
- PEREIRA, Elenita Malta. A construção da ética do convívio ecossustentável pelo ambientalista José Lutzenberger (1971-2002). *Tempo & Argumento*, [S. l.], v. 11, n. 26, jan./abr. 2019, p. 7-43.

- REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15 n. 45, p. 434-444, set./dez. 2010.
- RIBEIRO, Wagner Costa. *A ordem ambiental internacional*. São Paulo: Contexto, 2001.
- SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes Dos; SOCHACZEWSKI, Monique. História global: um empreendimento intelectual em curso. *Tempo*, v. 23, n. 3, 2017, p. 483-502.
- SEM AUTOR. As Nações Unidas encontram-se diante da tarefa da construção de uma nova estrutura de paz e prosperidade. *Jornal de Brasília*, Brasília, 25 set. 1990, p. 03 [Recorte de jornal sem indicação de autoria] (APJL).
- VIDA SANA. <<https://vidasana.org/asociacion-vidasana>>. Acesso em 06/09/2020.
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991.

*Submissão: 21/09/2020*

*Aceite: 25/01/2021*